

Jornadas de Junho: o jornal *O Globo* e a produção de sentidos

June Journey's: the *O Globo* newspaper and the sense production

Felipe Baptista Campanuci Queiroz.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

O presente artigo se destina a apresentar um breve exame dos levantes brasileiros de junho de 2013, ocorridos no contexto de revoltas que eclodiram em diversos países, a partir de 2011, especialmente os árabes e nos Estados Unidos, todos atravessados direta ou indiretamente pela grave crise econômica mundial causada pela falência do banco *Lheman Brother's*, em 2008. Procura, especificamente, colocar em análise a relação entre os processos de subjetivação conduzidos pelo conteúdo do jornal *O Globo* em suas reportagens, fotos, artigos e editoriais sobre os levantes e o modo como são capturados os sentidos das manifestações populares que ocorreram nas chamadas Jornadas de Junho.

Palavras-chave: jornadas de junho; produção de subjetividade; jornal *O Globo*.

ABSTRACT:

This article intend to present a brief review of the Brazilian uprisings of June 2013, which occurred in the context of riots that broke out in several countries, starting in 2011, especially the Arabs and the United States, all directly or indirectly hit by the serious economic crisis caused by the bankruptcy of Lheman Brother's bank, in 2008. Specifically, it seeks to analyze the relationship between the processes of subjectivity conducted by the content of the newspaper *O Globo* in its reports, photos, articles and editorials. It also seeks to problematize the way the media - specifically the *newspaper O Globo* - intervenes capturing the senses of popular demonstrations such as those that occurred in the so-called Jornadas de Junho.

Key-words: June journeys; subjective production; newspaper *O Globo*.

O artigo é fruto de uma investigação realizada durante o curso de mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH-UERJ)¹, e procura colocar em análise a abordagem do periódico fluminense *O Globo* acerca do fenômeno das manifestações populares ocorridas em junho de 2013, conhecidas por Jornadas de Junho. Em especial, procura apontar as frequentes abordagens negativas dispensadas aos manifestantes, principalmente àqueles que eram identificados pelo periódico como “de esquerda”.

Como forte ator que age nas relações de poder, o jornal pesquisado atua sistematicamente com as informações, notícias, manchetes, editoriais, dentre outros,

sempre direcionados a moldar condutas e discursos. Lemos (2015) destaca o papel da mídia nas sociedades neoliberais e sua influência. Para a autora

A grande mídia jornalística, televisiva e de conglomerados na internet seria responsável por fazer circular notícias que constroem a sensação de medo e de insegurança, de modo generalizado, engendrando subjetividades em pânico, criminalizando os protestos e as subversões de movimentos sociais críticos ao neoliberalismo, o que vem gerando intenso sofrimento para essas lideranças, na medida em que essas são também desqualificadas por esses veículos de comunicação e, correlatamente, pela sociedade que se subjetiva por tais informações editadas e organizadas para fomentar a indústria da segurança. (LEMOS, 2015: 335)

O procedimento metodológico principal da investigação foi a análise do conteúdo diário sobre as Jornadas de Junho de 2013. A escolha do veículo ocorreu por sua importância histórica e política no cenário brasileiro e por ser considerado um grande formador de opinião no Brasil, que diariamente lança “ideias que potencialmente modelarão a opinião majoritária dos indivíduos, a começar pelos estratos capazes de reproduzi-las”. (FONSECA, 2005: 31)

Sobre a produção de subjetividade no sistema capitalista atual, Guattari e Rolnik (2013: 34) entendem que tal produção é mais importante que qualquer outra, “mais essencial até do que a produção de energia”. Como exemplo, nos permitem verificar a importância que tem a produção de subjetividade para a dominação e o controle social, e como um jornal com grande distribuição pode auxiliar nesta tarefa:

Quando uma potência como os Estados Unidos quer implantar suas possibilidades de expansão econômica num país do assim chamado Terceiro Mundo, ela começa, antes de mais nada, a trabalhar os processos de subjetivação. Sem um trabalho de formação prévia das forças produtivas e das forças de consumo, sem um trabalho de todos os meios de semiotização econômica, comercial, industrial, as realidades sociais locais não poderão ser² controladas. (GUATTARI; ROLNIK, 2013: 36)

Podemos definir como subjetividade tudo aquilo que concorre para a produção de um “si”, um modo de existir, um estilo de existência. (SOARES; MIRANDA, 2009: 416). Neste sentido, os autores prosseguem na construção do conceito e deduzem que:

Todos os seres humanos, adultos, crianças, idosos, homens e mulheres, assim como todos os grupos sociais, sejam eles grupos de oração, amigos conversando ou megacorporações bancárias e midiáticas, produzem processos de subjetividade [ou subjetivações].

Guattari e Rolnik (2013) trabalham com a premissa de que a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Toda a produção de sentido, de eficiência semiótica, não são centrados em agentes individuais nem em agentes grupais, mas em máquinas de expressão, “sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos,

icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia”. E o conceito de máquina, aqui, se refere a “uma organização de fluxos e forças plurais e heterogêneas, ou seja, são ‘acoplamentos heterogêneos que agenciam’”. (SOARES; MIRANDA, 2009: 417) Portanto, pode-se afirmar, sem medo de errar, que “habitamos um estranho mundo povoado por máquinas de todos os lados” (SOARES; MIRANDA, 2009: 418), e o jornal pesquisado é uma potente máquina de agenciamento coletivo de enunciação e forte produtora de subjetividades.

Direcionando os discursos e falando pelos indivíduos, o jornal exerce o que Foucault (1979: 171) vem chamar de “tirania dos discursos englobantes”, relegando ao descrédito e ao segundo plano os discursos que confrontem suas ideias. Lemos (2014: 7) ressalta que para realizar uma análise detida das práticas discursivas, “Foucault propõe interrogá-las, questionar suas pretensões de evidência, colocar em questão os postulados instituídos no campo social com seus efeitos de verdade” e, como consequência, indaga que “poderíamos interrogar que táticas e estratégias foram agenciadas para a produção de documentos, como foram produzidos estes documentos que analisamos e de que modo ganharam visibilidade na cena pública e foram transformados em memória a ser venerada?”. (LE MOS, 2014: 8)

As jornadas de junho e sua contextualização

Mesmo após passados alguns anos das Jornadas, muitos questionamentos ainda se fazem sobre o movimento de 2013 e seus desdobramentos na história recente do Brasil. A ocorrência simultânea em diversos pontos do Brasil, a ausência de lideranças formais e a grande quantidade de reivindicações que surgiram deram ao fenômeno características jamais vistas. Para se ter uma noção, no dia 20 de junho de 2013 registraram-se protestos em mais de 126 cidades brasileiras e em algumas do exterior.

Não se pode deixar de mencionar que as Jornadas de Junho se inserem em um movimento global de contestação que teve início com a grave crise que levou à falência grandes corporações financeiras no ano de 2008. Como reflexos dessa crise, a partir do ano de 2011 surgiram, em vários países espalhados pelo globo, cada um com suas peculiaridades, grandes manifestações populares.

Mas apesar das especificidades de cada um, as características organizativas destes variados movimentos em muito se assemelhavam e o ponto em comum foi a utilização das redes sociais digitais como forma inovadora de organização das atividades, o que possibilitou a ampliação da área de intervenção territorial e também

facilitou a mobilização das massas sem uma liderança central, produzindo, assim, o que Alves (2012: 33) chamou de “sinergias sociais em rede”, facilitando estratégias de luta “num cenário de crise social ampliada”. Dessa perspectiva, não seria difícil apostar que a área de influência da Primavera Árabe³ atravessaria o oceano atlântico e aportaria no coração da crise mundial que assolou o mundo em 2008 e contribuiu fortemente para a eclosão dos conflitos, o que ocorreu com o movimento que ficou conhecido como *Occupy Wall Street*.

Já com a economia abalada desde a crise causada pela falência do banco Lehman Brothers, em 2008, e com a repercussão negativa do socorro do governo norte-americano utilizando recursos dos contribuintes⁴ a esta e a outras instituições financeiras em dificuldades econômicas, a “indignação estava no ar” em 2011. (CASTELLS, 2013: 121) A Tunísia e a praça Tahrir⁵ demonstraram que os americanos também poderiam derrubar ditaduras. Desta vez, a ditadura para ser deposta era a das grandes corporações financeiras e sua grande influência na tomada de decisões na esfera pública estadunidense.⁶ Harvey (2012: 58), diz que o “Partido de Wall Street”

controlou os Estados Unidos sem dificuldades por tempo demais. Dominou completamente (...) as políticas dos presidentes por pelo menos quatro décadas (para não dizer mais), independente de presidentes individuais terem ou não sido seus agentes por vontade própria. Corrompeu legalmente o Congresso por meio da dependência covarde dos políticos de ambos os partidos em relação ao poder de seu dinheiro e ao acesso à mídia social que controla (...) domina muito o aparato estatal, bem como do Judiciário, em particular a Suprema Corte, cujas decisões partidárias estão crescentemente a favor dos interesses venais do dinheiro.

A convocação inicial partiu de uma revista de crítica cultural canadense chamada *Adbusters*⁷. Em 13 de julho de 2011, a revista publicou em seu blog a convocação #occupywallstreet: “Você está preparado para um momento Tahrir?⁸ No dia 17 de setembro⁹ invada Lower Manhattan, monte barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocupe Wall Street”. (CASTELLS, 2013: 124)

Como em diversos outros países, a manifestação inicial sofreu uma dura repressão por parte das forças policiais, o que catalisou a indignação e o desejo de participação de mais pessoas no movimento. E quanto mais havia repressão policial, mais os manifestantes se organizavam e postavam imagens das ações nas redes sociais digitais.

[(...) em 1º de outubro, 5 mil pessoas tomaram a Brooklyn Bridge, onde a polícia montou uma armadilha, conseguindo prender mais de 700. Em resposta, no dia 8 de outubro, atendendo a uma convocação do Occupy Wall Street, juntamente com os sindicatos, 15 mil pessoas manifestaram-se desde a Foley Square, em Lower Manhattan, até o Zuccotti Park. (CASTELLS, 2013: 127)

Tal qual acontecera em outros países árabes, como Tunísia e Egito, a partir da divulgação em rede dos vídeos da repressão policial contra os manifestantes, outras ocupações começaram a espocar espontaneamente em dezenas de cidades americanas, e até em bairros e em pequenas cidades do interior do país.

Uma outra característica, também presente nos movimentos árabes, e também nas Jornadas de Junho, foi a ausência de lideranças formais. Não havia líderes locais, nacionais e nem globais. Coordenações formadas nos locais ajudavam na tomada de decisões e a internet era utilizada como instrumento de consulta da opinião dos manifestantes e as deliberações eram tomadas por uma assembleia geral, descrita como um “encontro aberto, horizontal, sem liderança, baseado no consenso”. (CASTELLS, 2013: 143)

Distintamente do que aconteceu nos países árabes, onde as revoltas resultaram em efeitos práticos imediatos e palpáveis, como a queda de longos regimes ditatoriais e a realização imediata de eleições, o movimento *Occupy* não derrubou o governo, mas teve o condão de dar visibilidade global a problemas sensíveis da população pobre americana. O *Occupy* expôs para o mundo inteiro as contradições do capitalismo estadunidense e a profunda desigualdade que existe no submundo do “*american dream*”, dando publicidade a um violento descontentamento de parcela da população americana com o sistema representativo e com as esferas de governo dominadas por interesses financeiros.

As manifestações no Brasil

O pequeno valor proposto para o aumento na tarifa das passagens de ônibus foi o que deu início a uma onda de revoltas que acabaram tornando aquele ano de 2013 histórico. Inicialmente, as ruas foram sacudidas por manifestações oriundas do Movimento Passe Livre - MPL, movimento social nascido a partir das lutas pela gratuidade do transporte público, que acabaram arrebatando o dique que represava inúmeras outras demandas sociais que estavam estagnadas. Pode-se afirmar que o ínfimo valor do aumento da tarifa possuía um grande e ignorado valor subjetivo (MORAES; GUTIÉRREZ; PARRA et al, 2014) e, a partir daí, uma série de questões que estavam adormecidas foram despertadas, questionadas e ressignificadas.

A questão do transporte sempre foi um estopim de manifestações e revoltas, colocando a nu a realidade de milhões de brasileiros: desigualdade, opressão e exploração. Para o MPL-SP (2013: 13):

Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracas, os muros pixados com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos de passagens são expressões da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria. Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor.

Maricato (2013), ao comentar ser impossível não associar os protestos de junho à condição em que estão inseridas as cidades neste xadrez do capitalismo neoliberal, ressalta que nem toda melhoria das condições de vida da população ocorre apenas com o incremento dos salários e melhor distribuição de renda, sendo imprescindíveis políticas públicas urbanas sérias de moradia, saneamento, saúde e, claro, de transporte, tido como o serviço que demanda um maior sacrifício por parte dos moradores das cidades.¹⁰

Já Nobre (2013: 28), ao analisar as Jornadas de Junho, conclui que outro fator também contribuiu para o aumento do descontentamento popular. O autor entende que “as manifestações de junho de 2013 colocaram a nu o esgotamento do modelo político econômico que corresponde à fase lulista do projeto social-desenvolvimentista”. Castells (2013: 183) corrobora este posicionamento ao considerar que o governo brasileiro praticou uma política econômica que chamou de “neodesenvolvimentismo destrutivo” ao adotar “um modelo centrado no crescimento a qualquer custo, ainda que (...) acompanhado de uma redução da pobreza e de políticas sociais redistributivas, mas sem assumir a nova cultura da dignidade e do florescimento da vida para além do consumo”.

Outra questão que também contribuiu (e ainda contribui) para a grande insatisfação popular é o modo de atuar do sistema político e, principalmente, o sistema representativo brasileiro. Nobre (2013), ao comentar o que entende por democracia, entende que o Brasil possuía uma cultura política de baixo teor democrático e vivia uma séria crise de representação, certamente um dos combustíveis para as Jornadas de Junho. O autor (2013: 12-13) entende que “a democracia no país é pouco democrática de fato”, e que a “democracia é uma forma de vida que penetra no cotidiano, que se cristaliza em uma cultura política pluralista”. Ao comentar um modo de fazer política que denomina de “pemedebismo” e a blindagem contra a sociedade que caracteriza esse *modus*

operandi político, afirma que tal modelo foi adotado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir do final da primeira década dos anos 2000. O autor vê aí um dos fatores que aprofundaram sobremaneira a crise de representação na sociedade brasileira, adicionando mais um ingrediente à insatisfação de uma população agora conectada em rede.

Foi a ferramenta da internet que possibilitou que novas formas de comunicação e, conseqüentemente, de compartilhamento de informações e de indignações fossem possíveis. Cada aparelho de telefone celular conectado à internet se tornou um ponto de divulgação de informações sem intermediação, direto ao fato que se queria divulgar. Nobre (2013: 9-10) diz que a “internet tirou da mídia tradicional o monopólio da formação de opinião e da vocalização de insatisfações” e isso pôde ser visto nas manifestações nos países árabes, na Europa e nos Estados Unidos.

Com a economia nacional começando a sentir os efeitos da crise mundial que começara lá em 2008, adicionada à influência das insurreições já ocorridas no Brasil centradas na questão do transporte e de outras que apareceram em várias partes do mundo questionando os sistemas, somada a uma demanda reprimida de participação nas decisões coletivas em oposição aos modos fisiológicos de governar, além da estagnação de um modelo econômico, a “primavera”, enfim, chegava ao Brasil em junho de 2013.

Ao contrário de algumas interpretações mais apressadas, os levantes de 2013 não surgiram no nada. Além da conjuntura acima exposta, é importante sempre frisar que o ano de 2008 registrou a maior crise econômica desde o histórico *crack* da bolsa de valores de Nova York, em 1929. E os efeitos desta crise, que rapidamente afetou vários países do mundo e demorou um pouco mais para afetar o Brasil por causa da economia estar fortemente aquecida pelo consumo interno, foram devastadores devido à globalização das transações comerciais e à dependência recíproca entre os mercados dos países. Primeiro a crise econômica encontrou os países árabes e a Europa, mas não tardaria a chegar por aqui. Moraes, Jourdan e Ferreira (2015: 4) entendem que, além da crise, no Brasil:

Todos esses acontecimentos foram gestados pelas contradições produzidas pelo desenvolvimento petista e pelo avanço do processo de precarização e superexploração no Brasil entre 2008 e 2012 combinadas pela crise mundial e das ofensivas aos direitos coletivos (...) [e a adoção de] um modelo econômico que combinou reformas neoliberais que intensificaram a exploração do trabalho¹¹ e a precarização dos serviços públicos e da vida.

Portanto, podemos reafirmar que os levantes não foram mera obra do acaso, mas de diversos fatores econômicos, políticos e sociais, que, unidos, fizeram com que a população se insurgisse e tomasse as ruas em protestos.

O jornal *O GLOBO* e a produção de modos de subjetivação

O periódico *O Globo* foi concebido pelo jornalista Irineu Marinho e sua primeira edição foi lançada no dia 29 de julho de 1925. Menos de um mês após o lançamento do novo jornal, Irineu veio a falecer vitimado por um infarto, em 21 de agosto. O substituto natural de Irineu Marinho seria seu filho mais velho, Roberto, que chegou a ser indicado para o posto por sua mãe, mas devido à sua juventude e inexperiência para o encargo de redator-chefe de um jornal, decidiu conferir a tarefa de conduzir o então vespertino para o também jornalista e poeta Eurycles de Mattos, muito amigo do falecido Irineu, que ficou à frente do *O Globo* até o ano de sua morte, em 1931, quando finalmente foi sucedido por Roberto.

Roberto Marinho veio a dirigir o jornal e depois o poderoso conglomerado de mídia no qual se transformaram as Organizações Globo, tornando-se uma das personalidades mais influentes do Brasil, participando dos grandes acontecimentos da história recente do país¹² e administrando pessoalmente as empresas até perto de sua morte, em 6 de agosto de 2003, aos 98 anos de idade.

Com uma circulação média diária girando em torno de 183 mil exemplares,¹³ o jornal *O Globo* se revela um forte influenciador do cotidiano do Rio de Janeiro, onde está sua sede, e também do Brasil. Por isso, é importante destacar qual a linha editorial adotada pelo periódico, para que se possa melhor compreender sua intervenção na produção subjetiva nacional e internacional, especialmente no que se refere às Jornadas de Junho.

O jornal *O Globo* é um periódico voltado para o estrato da classe média urbana brasileira e possui uma linha editorial com forte viés liberal, o que certamente o afasta da neutralidade jornalística, ou melhor, de uma apregoada imparcialidade ética que é utopicamente exigida de todo veículo de comunicação. Articulados à poderosa rede de televisão TV Globo e à rede de canais de televisão por assinatura Globosat, emissoras de rádio, editora, portal de internet, outros jornais e empresas do conglomerado de mídia formado por Roberto Marinho, o jornal pauta o cotidiano nacional impondo questões, direcionando as políticas públicas e, o que é importante para o texto, moldando

comportamentos. Sodré, citado por Coimbra (2001), corrobora com este entendimento, aduzindo que:

o sistema de informação (tecnologias informacionais) impõe-se contemporaneamente como lugar de produção do real do ocidente moderno. A informação é um modo de organizar – atualmente, de forma administrativa ou gerencial – o espaço social contemporâneo.

Essa capacidade de organizar o fluxo de saberes/poderes no espaço social se dá em parceria também com outros importantes veículos de mídia que podemos chamar de “grande imprensa brasileira”, considerada por Fonseca (2005: 29) como instituições aptas a “simultaneamente publicizar, universalizar e sintetizar as linhagens ideológicas”. E o autor ressalta a importância da periodicidade diária do veículo pesquisado nesta organização do fluxo de informações, dizendo que “(...) com todo o aparato das manchetes, editoriais, artigos, charges, fotos, reportagens, dentre outros recursos, possibilita aos jornais uma influência sutil, capaz de sedimentar – embora de forma não mecânica – uma dada ideia, opinião ou representação”.

E essas opiniões, ideias ou representações são direcionadas a um público não tão grande e heterogêneo quanto os espectadores dos telejornais, mas sim às classes média e superiores, sendo chamados de “formadores de opinião”. (Fonseca, 2005: 29) Assim, pautando nosso cotidiano, direcionando até mesmo simples conversas informais, o jornal vai subjetivando a sociedade e orientando as ações sociais e de governo, tal como aconteceu com os eventos de junho de 2013 e seus desdobramentos.

O primeiro protesto organizado pelo MPL contra o aumento no preço das passagens de ônibus municipais ocorreu em São Paulo, no dia 6 de junho, reunindo cerca de três mil manifestantes. Em outras capitais, como Rio de Janeiro e Natal, também foram reportadas manifestações. No dia seguinte ao início dos protestos, já fica patente a posição do jornal e a sua diretriz no processo de subjetivação, como será visto a seguir.

Na edição do dia 7 de junho, apesar de não ser a principal manchete de capa, o jornal faz questão de apontar os manifestantes como arruaceiros, destacando a notícia com uma grande foto central de pessoas ateando fogo a objetos em uma rua da cidade de São Paulo. A reportagem da página 4 enfatiza que estudantes colocaram barricadas nas ruas do centro de São Paulo “em pleno horário de pico” e a reação da polícia militar atirando balas de borracha e bombas de efeito moral para dispersar os manifestantes.

A cobertura tem prosseguimento na edição do dia 8 de junho de 2013, um sábado. Destaca uma manifestação ocorrida no dia anterior, 7 de junho. O título da

reportagem da página 8 é “Grupo interdita ruas em novo dia de tensão em SP”. Já no subtítulo, traz uma fala do então governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), julgando o vandalismo como uma prática “inaceitável”. Podemos perceber a utilização do termo “vandalismo” e suas derivações, que viria a ser associado aos manifestantes pela grande mídia hegemônica e, especialmente, pelo veículo jornalístico pesquisado, num claro propósito de atribuir um sentido político de desqualificação das reivindicações dos movimentos. A reportagem menciona um dado importante que poderia passar despercebido: a associação dos movimentos aos partidos políticos de esquerda. Apesar do MPL-SP, principal organizador dos protestos iniciais, ser um movimento horizontal, autônomo e independente, conforme consta em sua carta de princípios¹⁴ e, diga-se de passagem, informação que é citada no texto da matéria, a reportagem sutilmente menciona que o movimento conta com “simpatia e organização da esquerda”, em claro induzimento do leitor à associação dos atos de interdição de ruas aos citados partidos.

O que pôde ser percebido de imediato na análise desses dois dias iniciais da cobertura jornalística sobre as Jornadas de Junho é uma “estratégia de poder” (FOUCAULT, 1979) que dá realce a uma clara tentativa de desqualificar o movimento logo no seu nascimento ao rotulá-lo como “utópico” por pleitear medidas que, para o periódico, seriam impossíveis de serem realizadas na prática, ao se referir ao pleito da tarifa zero nos transportes públicos.

Já é possível perceber o jornal como potente máquina de expressão que inicia o agenciamento coletivo com a organização das reportagens e a disposição dos assuntos nos textos, direcionando os modos de ver e pensar o MPL-SP como sendo dirigido por esquerdistas utópicos. Batista (2003: 33) alerta para essa característica dos veículos de mídia ao dizer que:

Os meios de comunicação em massa, principalmente a televisão, são hoje fundamentais para o exercício do poder de todo o sistema penal, seja através da fabricação da realidade para a produção da indignação moral, seja pela fabricação do estereótipo do criminoso.

No dia 12 de junho, a palavra que marcaria todo o trabalho da mídia em rotular e criminalizar alguns manifestantes foi utilizada na capa do jornal pela primeira vez: “vandalismo”. A reportagem da seção “País” destacou que mais uma manifestação organizada pelo MPL-SP seguia pacífica até tentar “invadir o terminal rodoviário D. Pedro”, local público, onde estavam postados cerca de 30 policiais. Destaca-se que o

jornal utilizou a expressão “invadir” ao se referir a um terminal rodoviário público e aberto à circulação de pessoas, direcionando a parcialidade na leitura.

No mesmo dia, o jornal, agora na sessão “Rio”, destaca o que denominou de “vandalismo sem causa” contra o patrimônio público e da Igreja Católica. O jornal usou o termo vandalismo em destaque no título da reportagem. A notícia relatava que duas igrejas históricas do centro do Rio de Janeiro e o tradicional prédio do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) foram alvos de pedras atiradas pelos “vândalos”. Apenas no sexto parágrafo a reportagem cita que os manifestantes acusaram os próprios policiais de terem atirado as pedras contra as igrejas e contra o prédio do CCBB, funcionando estes como agentes provocadores para legitimar as atuações violentas da polícia contra os manifestantes. Sobre isso, Dupuis-Déri (2014: 192) alerta não ser nenhuma surpresa pessoas estranhas aos movimentos e até policiais se infiltrarem e detonar atitudes violentas para insuflar as massas. “Agentes provocadores podem cometer atos ilegais e talvez até violentos para manipular os manifestantes”, o que permitiria uma cobertura mais dura por parte da mídia, e um consequente “sinal verde” para uma intervenção policial mais agressiva.

Tal como aconteceu nos dias anteriores, a reportagem também dá relevo ao fato de que, supostamente, um dos organizadores do ato no Rio de Janeiro, um estudante universitário, seria filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), associando, mais uma vez, as manifestações a partidos políticos de esquerda.

Já na noite do dia 12 de junho registrou-se uma série de violentos protestos, tanto na cidade de São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Houve um acirramento da violência nos atos, o que levou os meios de comunicação a reagirem de forma grave contra os manifestantes. Vale mencionar o comentário de Arnaldo Jabor, realizado nesta mesma noite, no último telejornal da Rede Globo de Televisão, e que serviu como um modelo discursivo para grande parte da mídia, em especial os jornais do dia seguinte. O comentarista comparou as ações que causaram danos materiais em vidros e na lataria dos coletivos aos atos realizados pelo grupo de criminosos da organização Primeiro Comando da Capital (PCC), que, em uma audaciosa ação coordenada na cidade de São Paulo, em maio de 2006, deixou pessoas mortas e ônibus depredados.

Além de associar os movimentos a uma organização criminosa, Jabor afirma que não vê causas para tanto “ódio à cidade” e que os jovens que estavam em luta seriam de classe média, afirmação que estaria estampada nos jornais no dia seguinte. Chama os manifestantes de “caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos

cinquenta, que a velha esquerda ainda defende aqui”. Jabor, que dias mais tarde se retratou publicamente do comentário, encerra com uma frase que foi a tônica da abordagem da mídia sobre os movimentos até então: “os revoltosos de classe média não valem nem os vinte centavos”.¹⁵

No dia 13 de junho, o jornal destaca que os atos do MPL “provocaram quebra-quebras” e que os atos da noite anterior foram os mais violentos na cidade de São Paulo e deixaram 85 ônibus danificados, “sendo 41 com vidros quebrados e 44 foram alvo de pichações e outros danos na lataria”. Apesar de todo o relevo dado à violência dos manifestantes e os danos que eles teriam causado ao “sistema de transporte”, a mesma reportagem informa que a empresa de trânsito da cidade de São Paulo esclareceu que a operação de todo o sistema estava normal no dia seguinte. Em um período muito menor do que 12 horas os veículos estavam reparados, o que evidencia uma grande desproporção entre o que o jornal noticiou e o que ocorreu na realidade, numa clara evidência de dirigir a compreensão da leitura para um viés de associação dos manifestantes a arruaceiros e gerar sensação de insegurança.

É importante também evidenciar a opinião formal do jornal, trazida na página 3, que exalta a democracia como o “regime das liberdades” e apoia e legitima o Estado a utilizar o monopólio da força, leia-se polícia, contra os alvos escolhidos, “vândalos e anarquistas”, textualmente citados pelo periódico e eleitos como os inimigos. Sobre o assunto, arguta é a análise do Nu-Sol:

É preciso olhar para os alvos atingidos e abandonar a saída fácil que consiste em identificar certos jovens como arruaceiros infiltrados. Quebraram (...) entradas de bancos, vitrines de shopping centers e postos policiais. Quebraram o que lhes é, era e será insuportável e ponto. Quebraram a manobra jornalística que pretendia confundir pacifismo com passividade. (NU-SOL, 2013, Flecheira Libertária nº 299)

A grande cobertura dada às manifestações segue na página 4, afirmando novamente que integrantes do MPL são ligados a movimentos estudantis e a partidos políticos de esquerda, como se a organização política fosse uma conduta ilícita. É claro o tom pejorativo que a reportagem atribui a esse fato. O jornal faz questão de acentuar, como fez o comentarista do telejornal da TV Globo na noite anterior, que os organizadores dos atos não seriam afetados pelo aumento da tarifa por pertencerem à classe média. Também são passíveis de relevo as falas do então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, do PT, e do Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB, trazidas pelo jornal, que fizeram questão de pontuar que não aceitavam o vandalismo, expressão desta vez utilizada pelos representantes do governo

federal e do Estado de São Paulo, antagonistas no cenário político nacional, fazendo coro com as adjetivações utilizadas por vários veículos de mídia.

No dia 14 de junho, o jornal destaca em sua manchete principal de capa o agravamento dos “confrontos”¹⁶ entre policiais e manifestantes em São Paulo e o aumento de prisões e de feridos. Sublinham o fato de os manifestantes mais uma vez terem quebrado os vidros de agências bancárias e depredado prédios públicos. Pela primeira vez desde o início da cobertura jornalística, realçou-se a truculência e a violência das polícias militares na tentativa de controlar as manifestações. Seguindo a mesma linha das coberturas iniciais, a página 6 destaca que “misturados entre os estudantes havia também integrantes do movimento funk, militantes com bandeiras de partidos como o PSOL e PSTU, além de membros do Movimento dos Sem Teto”, como se a manifestação fosse exclusiva de estudantes e que, repita-se, fosse algo ilícito ser filiado a partidos políticos, participar de movimentos sociais, ou até mesmo as manifestações serem conduzidas por partidos.

A edição do dia 15 de junho, um sábado, deu bastante destaque às manifestações e fez uma análise da semana que teve quatro dias de protestos. Como não poderia deixar de ser, a página 5 apresenta uma reportagem que trata de uma manifestação ocorrida na cidade de Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro, e, mais uma vez, o destaque é que os protestos culminaram com momentos de vandalismo e que “os estudantes eram maioria, mas misturados a militantes de partidos como PSOL, PSTU e PDT”. Nitidamente seguem na produção de sentidos, associando os manifestantes a militantes de partidos políticos de esquerda sempre com um viés negativo, influenciando seus leitores diariamente a esta percepção.

A página 18 traz um texto de opinião editorial que sintetiza o que se pôde evidenciar com as análises dos textos jornalísticos até aqui. Em vez de exaltar manifestações populares ou focar na análise dos pleitos que emergiam das ruas e que seriam o foco das insatisfações, a opinião oficial do jornal é claramente contrária às manifestações, chamando os manifestantes de “uma mistura de grupos de extrema-esquerda”, de “rebeldes sem causa da classe média, anarquistas” e um termo curioso, chamando-os de “vândalos em geral”. É importante ressaltar essa opinião do jornal, que, emitida na forma de editorial, atua para uma captura de sentidos cujo objetivo é claro: a criminalização dos movimentos sociais e dos partidos políticos de esquerda.

Foucault (2010: 44-45) mais uma vez nos alerta sobre o lugar daquele que fala, que narra a verdade. O filósofo enfatiza que o discurso nunca é neutro e, assim, quando

o editorial chancela o uso da violência e do “aparato bélico” das forças de segurança do Estado, o faz para fazer valer o seu direito, sua posição, num trabalho firme para uma “vitória particular”. Quando o jornal se posiciona, quando realiza uma prática discursiva, “fala da verdade”, que “não é, tampouco, a verdade universal”, “Ele só visa à totalidade entrevendo-a, atravessando-a, transpassando-a de seu ponto de vista próprio. Isto quer dizer que a verdade é uma verdade que só pode se manifestar a partir de sua posição de combate, a partir da vitória buscada (...)” e contra um inimigo que é montado pouco-a-pouco, construindo, assim, uma farsa que acaba influenciando no real. (FOUCAULT, 2010: 44-45)

A edição do dia 16 de junho, um domingo, não destaca as várias manifestações ocorridas durante a semana. Mas na lateral da capa traz, sob o título “Tensão Urbana”, um destaque para as reportagens sobre o tema no interior do jornal. Na página 4 da sessão “País”, o colunista Merval Pereira analisa os movimentos. Iniciou desqualificando as lutas e incorrendo no erro comum daqueles que quiseram realizar uma análise rápida dos protestos: chamou de “difusas” as insatisfações e que a insurreição contra o aumento das tarifas de transporte público seriam um pretexto que “serve à manipulação de atividades políticas de grupos radicais e anárquicos que não se sentem representados pelos partidos políticos do *“mainstream”*”.

Na página 5, o jornal noticiou que em Belo Horizonte o movimento foi pacífico, mas, ao fazer isso, utilizou a seguinte frase: “não houve confronto com a polícia, nem vandalismo”. Não houve qualquer fato que justificasse o uso da palavra vandalismo no texto, ficando nítida a intenção de associação dos protestos à palavra, mesmo quando não há qualquer ato tido como de vandalismo a ser reportado.

Devido às grandes manifestações ocorridas na noite daquela segunda-feira, dia 17 de junho, as maiores ocorridas até aquele momento, a cobertura do jornal no dia 18 foi ampla e pode ser considerada um “divisor de águas”. Aqui, um detalhe aparentemente mínimo, mas de enorme conteúdo subjetivante, é o fato de o título, no alto da primeira página, ter sido alterado a partir desta edição. Antes, tudo relacionado às manifestações vinha sob o título “Tensão Urbana”, com o periódico sempre relacionando as manifestações com conflitos, vandalismo e associando os eventos a partidos políticos de esquerda ou aos movimentos sociais. Agora, sob o título “Um País que se Mexe”, a capa do jornal destaca que o Brasil foi para as ruas após a convocação¹⁷ realizada pelas redes sociais. O jornal, após desqualificar diariamente as manifestações, agora as exalta, numa clara captura de seus sentidos. O texto também faz questão de

realçar a ausência de partidos políticos, sindicatos e entidades estudantis na organização dos protestos.

Afirma-se que esta edição foi um “divisor de águas”, pois, além do título, também se pôde perceber uma mudança editorial e nas reportagens, que agora enfatizam a alteração na qualidade daquele sujeito que se manifesta, antes tido como “vândalo”, vinculado a partidos de esquerda, ou “rebelde sem causa de classe média”. Essa percepção é corroborada pela reportagem da página 6, cujo título é “Tribos e convicções para todos os gostos em ato”, e a da página 8, com o título “Protestar, ato que reúne diferentes tribos”.

O que se vê aqui é o início de uma nova estratégia do periódico, que Coimbra (2001: 36-37) vai denominar “lógica da homogeneização, do espetáculo, e que nesta lógica, a mídia trabalha com dicotomias, binarismos, e com apenas ‘dois valores: o bom e o mau’”. A intenção desta técnica é justamente empobrecer as discussões, esvaziar as diferenças e impor formas únicas e dirigidas de pensar e sentir uma realidade e responder a ela.

O próprio editorial passa a dizer que os protestos “ganham outra dimensão” e que, de fato, o jornal deu um outro enfoque à sua cobertura. Quando apenas estudantes e movimentos sociais reivindicavam a melhoria do transporte e a revogação dos aumentos das passagens dos transportes públicos, havia, para o periódico, perigo, “tensão urbana”. Agora que outros setores da classe média foram às ruas, é o “país que se mexe”.

A partir desta data, o jornal vai seguir nessa divisão entre “vândalos” e “pacíficos”, explorada para produzir maior repúdio àquele sujeito moldado como violento e conhecido como “vândalo”, sempre, é claro, associado aos partidos de esquerda.

A mudança editorial foi imprescindível no trabalho de captura dos sentidos das manifestações, fato contribuiu para mudanças no paradigma político nacional. A partir de 2013 houve um esvaziamento das práticas político-partidárias e uma forte polarização política entre eleitores da esquerda e da direita, que culminou com a eleição de um candidato de extrema-direita para a presidência nas eleições gerais de 2018.

Conclusão

Para além do empobrecimento adotado propositalmente pela lógica do binarismo, que reduz uma multiplicidade de atravessamentos subjetivantes à pobreza do “pacífico” e do “violento”, também vimos o trabalho do jornal para a modelização das

peessoas a fim de que entendessem o “vandalismo” como um comportamento criminoso, infame e umbilicalmente associado aos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda. Com essa prática discursiva, o jornal seguiu um itinerário de produção sistemática de subjetividades, construindo e delineando metodicamente o sujeito perigoso e moldando também a reação dos leitores, como pôde ser visto nas posteriores manifestações que ocorreram, principalmente, nos anos de 2015 e 2016, tendo o seu ápice com o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff por um processo de *impeachment* que até hoje gera controvérsias sobre sua constitucionalidade.

Assim, assiste razão Coimbra (2001: 36), quando enfatiza que “à medida, portanto, que organiza os múltiplos fluxos de acontecimentos, a mídia hierarquiza os temas, selecionando os que deverão ser de conhecimento público e, dentre estes, os que deverão ser necessariamente discutidos, debatidos, pensados” e o que deve ter a simpatia ou a antipatia dos leitores.

É importante ressaltar, mais uma vez, que as análises sistemáticas do conteúdo do periódico permitiram mostrar que o jornal *O Globo* sempre adotou um viés negativo quando se referia aos manifestantes que eram identificados como militantes partidários, até mesmo quando as manifestações eram organizadas pelo MPL, e que nitidamente alterou o seu discurso quando novos atores começaram a participar das manifestações. E o resultado disso podemos sentir até os dias atuais, onde militantes partidários são frequentemente hostilizados em manifestações públicas.

Mais uma vez é importante o alerta de Coimbra (2001: 58), que chama a atenção para esse fenômeno, que pôde ser verificado em várias outras situações:

Da mesma forma que se construíram perigosos “inimigos da pátria” nos anos 60 e 70, em nosso país – e em muitos momentos da história da humanidade, foram sendo concebidos por diferentes equipamentos sociais os perniciosos, os indesejáveis – também hoje, principalmente via meios de comunicação de massa, estão se produzindo novos inimigos internos (...).

As formas que a mídia produz o real, verdades, fantasias, falas autorizadas, história e memória também atravessam os temas sobre violência quando estão sendo marcados e identificados, por esses mesmos meios de comunicação, os “suspeitos”, os “enfermos”, os “discrimináveis”, os “perigosos”, os “infames”.

Neste sentido Gomes (2015: 67), adverte que

os meios de comunicação contribuem para a construção da realidade promovida pela sociedade. Na verdade, há que se reconhecer que, ademais de criar a realidade social pela definição dos assuntos que permeiam a rotina do público, a mídia modela a consciência das pessoas, faz com que acreditem que tudo é como ela apresenta. Condiciona o modo de pensar e agir de praticamente todos os segmentos sociais[...]

Assim sendo, ao analisarmos a história Brasil, sobretudo os recentes acontecimentos na arena política, não podemos jamais subestimar o papel da mídia na construção de sensações e de modos de ver e sentir o real.

Referências

- ADBUSTERS. Occupy Wall Street. Disponível em: <<https://www.adbusters.org/occupywallstreet/>>. Acesso em 03 mar. 2016.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS. Os maiores jornais do Brasil de circulação pagam, por ano. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em 14 mar. 2016.
- AMORIM, P. H. *O quarto poder. Uma outra história*. São Paulo: Hedra, 2015.
- BATISTA, V. M. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança*. Movimentos sociais na era da internet. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271p.
- COIMBRA, C. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Niterói: Oficina do Autor, 2001.
- CORREA, V. 1% mais rico de SP abocanha 20% da renda da cidade; há dez anos eram 13%. *Revista da Folha S. Paulo*. Ed. Folha, 2014. Disponível em: <<http://folha.com/no1494444/>>. Acesso em 01 jul. 2016.
- DUPUIS-DÉRI, F. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.
- FONSECA, F. O Consenso Forjado. A grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.
- FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. *Segurança, Penalidade e Prisão*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.
- GOMES, M. A. de M. *Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015, p.66-67.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica*. Cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p.22-39, 77-85.
- GUZZI, D. *O cuidado de si e o mundo distribuído: a apropriação dos meios de comunicação e as novas práticas políticas em rede*. 2014. 385 f. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013.
- HARVEY, D. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. 87p.
- _____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- LEMONS, F.; CARDOSO JÚNIOR, H. R. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*. São Paulo, 21, 353-357, 2009.

- LEMOS, F.; CRUZ, F.; SOUZA, G. Tecendo a trama histórica de análise dos documentos com Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guatari. *Artifícios*. Belém, v.4, n.7, jun. 2014.
- LEMOS, F.; BICALHO, P.; ALVAREZ, M.; BRÍCIO, V. Governamentalidades neoliberais e dispositivos de segurança. *Psicologia & Sociedade*. Belo Horizonte, v.27, n.2, 2015.
- LOPES, M. Revolta do Vintém, o passe livre do século 19. *Revista Aventura na História*, 2013. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/revolta-vintem-versao-passe-livre-seculo-19-748808.shtml/>>. Acesso em 10 fev. 2016.
- MAGALHÃES, S. A rua não quer apito. *O Globo*. RJ, 22 jun. 2013. Opinião, p.27.
- MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. 112p.
- _____. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p.19-26.
- MORAES, A. et al. *Junho: potência das ruas e das redes*. São Paulo: FES, 2014.
- MORAES, W. A revolta dos governados de inverno: primavera de 2013 no Brasil e suas interpretações, 2015. Disponível em: <<http://www.otal.ifcs.ufrj.br/>>. Acesso em 15 mar. 2016.
- MPL-SP. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. (Org.). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p.13-18.
- NOBRE, M. *Choque de democracia: Razões da Revolta*. São Paulo: Cia das Letras, 2013. E-book.
- OTAL – Observatório de Trabalho na América Latina. A revolta dos governados do inverno-primavera de 2013 no Brasil e suas interpretações, 2015. Disponível em: <<http://www.otal.ifcs.ufrj.br/a-revolta-dos-governados-do-inverno-primavera-de-2013-no-brasil-e-suas-interpretacoes/>>. Acesso em 05 abr. 2016.
- OUREIRO, J. L. Origem, causas e impacto da crise. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/500801-origem-causas-e-impacto-da-crise/>>. Acesso em 23 fev. 2016.
- PEREIRA, M. Direitos e deveres. *O Globo*. RJ, 16 jun. 2013. País, p.4.
- _____. Os políticos em xeque. *O Globo*. RJ, 18 jun. 2013. País, p.4.
- _____. Corrupção é o foco. *O Globo*. RJ, 19 jun. 2013. País, p.4.
- QUEIROZ, F.B.C. *Produzindo o perigoso: imprensa e lei nas Jornadas de Junho*. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. 2017. 128 f.
- SOARES, L. B.; MIRANDA, L. L. Produzir subjetividades: o que significa. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.408-424, 2009.
- TÓTORA, S. Foucault: Biopolítica e Governamentalidade Neoliberal. *Revista de Estudos Universitários – REU*. Sorocaba, v.37, n.2, p.81-100, dez. 2011.

Felipe Baptista Campanuci Queiroz.
Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pelo Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ; Coordenador Executivo do
Laboratório de Políticas Públicas da UERJ; Advogado.
E-mail: felipe.campanuci@gmail.com

¹ O trabalho foi realizado sob a orientação da professora Dr.^a Estela Scheinvar.

³ Revoltas e insurreições que aconteceram no norte da África, como em países como Tunísia e Egito.

⁴ Estima-se que a ajuda do governo norte-americano ao sistema financeiro na crise de 2008 chegou à impressionante cifra de 2,6 trilhões de dólares.

⁵ Nome da praça egípcia epicentro das manifestações.

⁶ Para se ter uma noção de como a camada menos favorecida dos americanos vinham sofrendo com um sistema econômico que privilegia a especulação e o lucro, Castells (2013: 121-122) informa que “a parcela da renda americana apropriada pelo 1% mais rico pulou de 9% em 1976 para 23,5% em 2007”. Além disso, “o crescimento cumulativo da produtividade entre 1998 e 2008 chegou a cerca de 30%, mas os salários reais cresceram somente 2% durante a década”. Informa também que o lucro do setor financeiro teve um crescimento de 40% em 2007, contra 10% da década de 80. “Na década anterior à crise, os salários reais por hora aumentaram 2%, enquanto a renda dos 5% mais ricos aumentou 42%”. Resumindo, a parcela dos 1% mais ricos apropriou-se de 58% do crescimento econômico no período.

⁷ O endereço eletrônico da revista é: <<http://www.adbusters.org/>>.

⁸ A convocação faz expressa referência às manifestações egípcias ao se referir à Praça Tharir.

⁹ Data simbolicamente escolhida por ser o aniversário de assinatura da Constituição americana.

¹⁰ Os usuários do transporte público gastam muito tempo nos deslocamentos para seus trabalhos e no retorno para seus lares. Maricato (2013) registra que os congestionamentos na cidade de São Paulo chegam a 295 quilômetros nas vias e que a velocidade média aferida em 2012, entre 17 e 20 horas, é de 7,6km/h, a mesma velocidade de uma simples caminhada. Recentemente, foi divulgada uma pesquisa que revela dados estonteantes e coloca a cidade do Rio de Janeiro como a mais congestionada do Brasil e a quarta cidade com pior trânsito do mundo, atrás apenas da Cidade do México, Bangkok e Istambul. Para mais informações, acesse: <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000799160/rio-de-janeiro-%C3%A9-campe%C3%A3o-de-congestionamentos.html/>>. Acesso em 13/08/2018.

¹¹ Os autores dão como exemplo dessa exploração do trabalho o aumento da precarização dos contratos, pois mesmo com um aumento da quantidade de trabalhadores com carteira assinada, a terceirização aumentou mais de 40% no período entre 2007 e 2012 e a participação do trabalho no Produto Interno Bruto (PIB), que era de 43% em 2002, em 2014 passou para 34%.

¹² Amorim (2015: 57-67) reporta que “o detrator mais encarniçado de Vargas era Roberto Marinho”, tanto que populares tentaram invadir a sede da Rádio Globo, gritaram palavras de ordem contra a emissora e depredaram carros do jornal *O Globo* após a divulgação do suicídio de Getúlio. O jornal também apoiou fortemente outro importante momento histórico do Brasil, que foi o golpe civil-militar de 1964 e, recentemente, o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

¹³ Números divulgados pela Associação Nacional de Jornais referentes ao ano de 2015.

¹⁴ Carta de Princípios do Movimento Passe Livre está disponível em <https://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>.

¹⁵ Para ver o comentário na íntegra, acesse: <<https://globoplay.globo.com/v/2631566/>>.

¹⁶ O autor não concorda com a expressão “confronto”, largamente empregada pela mídia quando há o enfrentamento de forças policiais armadas e treinadas contra manifestantes, dada a disparidade de forças.

¹⁷ Também aqui se percebe uma mudança na abordagem. Em reportagem anterior, com viés claramente depreciativo, o jornal apontava que os manifestantes eram “recrutados” pela internet.